



LEI MUNICIPAL Nº 1008, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

EMENTA: Dispõe sobre o Conselho Tutelar, alterando o artigo 19, da Lei Municipal nº 712, de 02 de julho de 2002, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, FAÇO saber que a Câmara Municipal AROVOU, e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 19, da Lei Municipal nº 712, de 02 de julho de 2002, que trata sobre o valor do subsídio mensal dos Conselheiros Tutelares do Município de João Alfredo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Os Conselheiros Tutelares farão jus a um subsídio mensal, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), reajustados de acordo com a política salarial do Município, cujas despesas correrão por conta das dotações próprias destinadas no Orçamento Geral do Município para o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.


Parágrafo Único. Aos membros do Conselho Tutelar será assegurado o direito a:

- I – cobertura previdenciária;
- II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III – licença maternidade;
- IV – licença paternidade;
- V – gratificação natalina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de João Alfredo, em 22 de março de 2016.


MARIA SEBASTIANA DA CONCEIÇÃO
Prefeita

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins haver publicado, nesta data, o presente Ato no Quadro de Avisos da Prefeitura, nos termos do art. 94 da Lei Orgânica Municipal.
João Alfredo/PE, 22 / 03 / 2016

Servidor Responsável